

AGRAVAMENTO DA REPARTIÇÃO DA RIQUEZA EM PORTUGAL NO PERÍODO 1973-2009

RESUMO DESTE ESTUDO

Numa altura em que se ouve com uma frequência crescente nos media novamente os defensores do neoliberalismo (engane-se quem pensou que o neoliberalismo estava definitivamente enterrado) a advogarem o congelamento dos salários nominais dos trabalhadores portugueses, e mesmo a sua redução, como “solução” para a grave crise provocada pela especulação financeira que dominou toda a globalização capitalista, interessa recordar alguns dados oficiais sobre a repartição da riqueza em Portugal. E isto porque se tal tese (a redução do poder de compra dos salários) vingasse a parte das remunerações no PIB, que já é reduzida, diminuiria ainda mais.

O PIB, ou seja, a riqueza criada em 2008 é cerca de 97,2 vezes superior ao PIB de 1973. O valor das remunerações, sem incluir as contribuições para a Segurança Social e CGA, de 2008 é apenas 69,8 vezes superior às remunerações, também sem contribuições, de 1973. Mesmo se consideramos as remunerações, incluindo as contribuições para a Segurança Social e a CGA, a situação não se altera significativamente. Entre 1973 e 2008, O PIB cresceu 97,2 vezes, como já se referiu, mas as remunerações, com contribuições, aumentaram apenas 89 vezes. Estes dados oficiais mostram duas coisas. Em primeiro lugar, que as condições de vida dos trabalhadores portugueses em 2008 são superiores às que tinham em 1973. Em segundo lugar, e apesar disso, estes dados oficiais também revelam uma situação preocupante que é a seguinte: a repartição da riqueza criada em Portugal tem-se agravado de uma forma continuada e significativa depois do período 1974-1976, sendo actualmente pior da que se verificava mesmo em 1973.

Mas não são apenas as entidades oficiais portuguesas que revelam a diminuição que se tem verificado em Portugal da parte das remunerações na riqueza criada no nosso País. Também o Eurostat, que é o organismo oficial de estatística da União Europeia, confirma a quebra acentuada da percentagem que as remunerações representam do PIB, e de uma mais pronunciada que a revelada pelos dados divulgados pelas entidades oficiais portuguesas. Se retirarmos as contribuições patronais para a Segurança Social e para a CGA, em 1998, segundo o Banco de Portugal e o INE as remunerações, sem contribuições patronais, representaram 35,3% do PIB, enquanto segundo o Eurostat corresponderam apenas a 31,8% do PIB. A partir de 1998 deixamos de se dispor, para Portugal, de dados sobre a percentagem que as remunerações, sem contribuições, representam em relação ao PIB, certamente por não serem favoráveis ao governo.

No entanto, o Eurostat tem divulgado as percentagens que as remunerações, com contribuições patronais, representam do PIB, as quais revelam, para Portugal, uma quebra de valor ainda maior do que a revelada por organismos oficiais portugueses. Assim, em 2006, segundo o INE e o Banco de Portugal, a percentagem correspondeu a 50,7% do PIB, enquanto segundo o Eurostat, foi 50% do PIB; em 2007, segundo o INE e o Banco de Portugal, representou 50% do PIB e, de acordo com o Eurostat, apenas 49,1% do PIB; e em 2008, a percentagem, segundo o INE, correspondeu a 50,3% do PIB e, de acordo com o Eurostat, foi de 50,1% do PIB. Para 2009, o Eurostat prevê que, em Portugal, as remunerações, com as contribuições patronais, representem 49,9% do PIB, uma percentagem bastante inferior à registada em 1973 (54,9% do PIB) e muito inferior à do período 1974/1976 (entre 61% e 68,4% do PIB); e, para 2010, prevê o valor de 49,7% do PIB. E isto sem congelamento ou redução dos salários nominais como defendem os neoliberais portugueses.

É neste contexto de diminuição da percentagem que as remunerações representam da riqueza criada no País, ou seja, do PIB, que os neoliberais, que surgem de novo com força nos média, defendem o congelamento e mesmo a redução dos salários nominais dos trabalhadores portugueses. É curioso e significativo que muitos dos que defendem tais posições são precisamente aqueles que têm sido acusados de auferirem vencimentos e bónus escandalosos que nunca negaram (mais um ex. da teoria “faz o que eu digo, e não faças o que faço”). A redução do poder de compra das remunerações em Portugal, para além de determinar o agravamento das condições de vida da maioria dos portugueses, que já vivem com dificuldades, provocaria um agravamento da crise económica que enfrenta o País, pois determinaria a redução da procura, e a crise actual é também uma crise resultante da quebra da procura, o que está a impedir as empresas de venderem uma parte crescente do que produzem ou podem produzir.

Numa altura em que se ouve com uma frequência crescente nos media novamente os arautos do pensamento único neoliberal (engane-se quem pensou que o neoliberalismo estava definitivamente enterrado) a defenderem o congelamento dos salários nominais dos trabalhadores portugueses, e mesmo a sua redução, como “solução” para a grave crise provocada pela especulação financeira que dominou toda a globalização capitalista, interessa recordar alguns dados oficiais sobre a situação da repartição da riqueza criada em Portugal. E isto porque se tal tese vingasse a parte dos salários no PIB, que já é reduzida, diminuiria ainda mais. O quadro seguinte, construído com

dados do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística, portanto dados oficiais, mostra como essa repartição tem evoluído no nosso País ao longo dos últimos 35 anos.

QUADRO I – A repartição da riqueza criada em Portugal (PIB) no período 1973-2008

ANOS	PIB Milhões escudos	Remunerações com Contribuições (*) Milhões escudos	Contribuições Sociais Milhões escudos	Remunerações sem contribuições sociais Milhões escudos	% Remunera- ções com Cont./PIB	% Remunera- ções sem Cont./PIB
1973	342.817	188.153	25.784	162.368	54,9%	47,4%
1974	405.744	247.302	34.165	213.138	61,0%	52,5%
1975	469.776	321.150	44.169	276.981	68,4%	59,0%
1976	561.947	373.076	51.772	321.305	66,4%	57,2%
1980	1.476.316	772.260	137.536	634.724	52,3%	43,0%
1985	4.131.014	1.894.891	422.554	1.472.337	45,9%	35,6%
1990	10.072.063	4.505.870	972.792	3.533.078	44,7%	35,1%
1995	15.912.873	7.535.440	1.968.248	5.567.193	47,4%	35,0%
ANOS	PIB Milhões euros	Remunerações com Contribuições (*) Milhões euros	Contribuições Sociais Milhões euros	Remunerações sem contribuições sociais Milhões euros	% Rem. c/ Cont./PIB	% Rem. S/ Cont./PIB
1998	106.498	52.457	14.902	37.555	49,3%	35,3%
1999	114.192	56.269	15.781	40.488	49,3%	35,5%
2000	122.270	61.083	17.470	43.613	50,0%	35,7%
2001	129.308	64.349	18.513	45.836	49,8%	35,4%
2002	135.434	67.622	19.545	48.077	49,9%	35,5%
2003	138.582	69.431	20.635	48.796	50,1%	35,2%
2004	144.128	71.693	21.227	50.466	49,7%	35,0%
2005	149.123	75.197	23.056	52.141	50,4%	35,0%
2006	155.125	78.655	24.007	54.648	50,7%	35,2%
2007	162.811	81.438	25.549	55.889	50,0%	34,3%
2008 (E)	166.197	83.610	27.049	56.561	50,3%	34,0%

NOTA: (*) As "Remunerações" incluem contribuições patronais para a Segurança Social e a transferência do Orçamento do Estado para a CGA

FONTE: 1972-1995: Séries Longas – Banco Portugal; 1998-2007: Relatório de 2007 do Banco de Portugal; 2008: Contas Nacionais Provisórias – INE

2008 (E) : O valor das Contribuições Sociais é uma estimativa nossa, os restantes valores são do Banco Portugal e do INE

O PIB, ou seja, a riqueza criada em 2008 é cerca de 97,2 vezes superior ao PIB de 1973. O valor das remunerações em 2008, sem contribuições, é 69,8 vezes superior às remunerações sem contribuições sociais de 1973. Portanto, o PIB aumentou muito mais vezes que as remunerações neste período, o que teve como consequência um agravamento na repartição da riqueza. Mesmo se considerarmos as remunerações, com as contribuições para a Segurança Social e para a CGA a situação não se altera significativamente. Entre 1973 e 2008, O PIB cresceu 97,2 vezes, como já se referiu, e as remunerações, com contribuições, aumentaram 89,1 vezes. Estes dados oficiais mostram duas coisas. Em primeiro lugar, que as condições de vida dos trabalhadores portugueses em 2008 são muito superiores às que tinham em 1973. E isto já sem entrar em conta com a Segurança Social e o Serviço Nacional de Saúde que abrangem a totalidade da população portuguesa, situação essa que não se verificava antes do 25 de Abril onde menos de um terço da população estava abrangida por uma previdência extremamente deficiente e por um sistema de saúde insuficiente e maioritariamente privado. Em segundo lugar, estes dados também revelam uma situação preocupante que é a seguinte: a repartição da riqueza em Portugal tem-se agravado de uma forma contínua e acentuada depois do período 1974-1976, sendo actualmente pior da que se verificava em 1973.

Efectivamente, se analisarmos a evolução verificada no período 1973-2008, concluímos que entre 1973 e 1975 a parte que as remunerações, sem incluir as contribuições sociais, representava do PIB aumentou de uma forma contínua e significativa, pois passou de 47% para 59% do PIB entre 1973 e 1975, tendo-se depois verificado uma diminuição contínua e significativa, alcançando com o governo de Sócrates, em 2008, apenas 34% do PIB. E a previsão é que sofra uma nova redução em 2009 como prevê o próprio Eurostat, cujos dados se apresentam seguidamente.

UNIÃO EUROPEIA CONFIRMA A DIMINUIÇÃO DA PARTE DAS REMUNERAÇÕES NO PIB

Mas não são apenas as entidades oficiais portuguesas que revelam a diminuição da parcela das remunerações no PIB. Também o Eurostat, que é o organismo oficial de estatística da U.E. confirma essa quebra acentuada que se tem verificado em Portugal. O quadro II, construído com dados divulgados pelo Eurostat, disponíveis no seu "site", confirma esse facto.

QUADRO II – A percentagem que as remunerações (com contribuições patronais e sem contribuições patronais) representam do PIB em Portugal e na U.E.25

ANO	PORTUGAL		U.E.25 países
	Remunerações em % do PIB (inclui contribuições patronais para a Segurança Social e CGA)	Remunerações em % do PIB (Não inclui contribuições patronais para a Segurança Social e CGA)	Remunerações em % do PIB (Não inclui contribuições patronais)
1998	49,2%	31,8%	39,2%
1999	49,3%	(*)	39,6%
2000	49,9%	(*)	39,9%
2001	49,8%	(*)	40,1%
2002	50,0%	(*)	39,8%
2003	50,1%	(*)	39,4%
2004	49,8%	(*)	38,9%
2005	50,5%	(*)	38,8%
2006	50,0%	(*)	(*)
2007	49,1%	(*)	(*)
2008	50,1%	(*)	(*)
2009	49,9%	(*)	(*)
2010	49,7%	(*)	(*)

FONTE: Eurostat; (*) A partir de 1998 Portugal deixou de fornecer à U.E. dados sobre as remunerações sem contribuições patronais e, a partir de 2005, o Eurostat deixou de publicar dados sobre as remunerações sem incluir as contribuições patronais para todos os países da União Europeia, certamente porque tais dados não eram "agradáveis", embora sendo muito superiores aos de Portugal

Se compararmos os dados do quadro I (dados do Banco de Portugal e do INE) com os dados do quadro II (dados do Eurostat), a primeira conclusão que se tira é que os dados do Eurostat revelam a existência de uma repartição da riqueza em Portugal mais injusta que a revelada pelos dados do INE e do Banco de Portugal. Por ex, em 2006, segundo o Banco de Portugal e o INE, a parte das remunerações, incluindo as contribuições patronais, representaram em Portugal 50,7% do PIB enquanto, segundo o Eurostat, representaram 50% do PIB; em 2007, segundo o INE e o Banco de Portugal, o valor das remunerações, com contribuições, representou 50% do PIB mas, de acordo com o Eurostat, correspondeu já a 49,1% do PIB; e em 2008, a percentagem, segundo o INE, correspondeu a 50,3% do PIB e, de acordo com o Eurostat, de 50,1% do PIB. Para 2009, o Eurostat prevê que, em Portugal, as remunerações, com as contribuições patronais, representem 49,9% do PIB, uma percentagem mesmo inferior à verificada em 1973 (54,9% do PIB) e muito inferior à registada no período 1974/1976 (entre 61% e 68,4% do PIB) e, em 2010, 49,7% do PIB.

Se retirarmos as contribuições patronais para a Segurança Social e para a CGA, a diferença é ainda maior. Em 1998, segundo o Banco de Portugal e o INE as remunerações, sem contribuições patronais, representaram 35,3% do PIB enquanto, segundo o Eurostat, corresponderam apenas a 31,8% do PIB. A partir de 1998 deixamos de dispor, para Portugal, de dados sobre a percentagem que as remunerações, sem incluir as contribuições patronais, representam em relação ao PIB e, a partir de 2005, estes dados deixam de ser publicados para todos os países da U.E. certamente por serem pouco abonatórios para os governos, embora a situação em Portugal, a nível de desigualdade na repartição da riqueza criada (PIB) fosse muito pior que a média europeia. Basta recordar que, de acordo também com o Eurostat, em Portugal, em 2007, os 20% da população mais ricos recebiam 6,5 vezes mais rendimento que o 20% mais pobres da população quando a média na União Europeia, no mesmo ano, era 4,8 vezes mais.

É neste contexto concreto de agravamento contínuo da repartição da riqueza criada em Portugal que os defensores do pensamento neoliberal advogam o congelamento das remunerações nominais dos trabalhadores portugueses, e mesmo a sua redução, o que, a concretizar-se, só poderia agravar ainda mais a repartição existente, e também a crise económica, com mais falências e mais desemprego, pois a crise actual é também uma crise de procura, e a redução dos salários reais dos trabalhadores determinaria uma redução ainda maior da procura.

**Eugénio Rosa ,
Economista , edr@mail.telepac.pt , 12.4.2009**

Eugénio Rosa - Economista